A ESTRUTURA SINDICAL E A REFORMA TRABALHISTA NO SINDICATO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO (SINPRO-RIO)

Tania Mittelman[1]
Fernando Antonio da Costa Vieira[2]

Resumo

O trabalho tem por objetivos analisar criticamente a estrutura sindical do Sinpro-Rio, um sindicato de professoras e professores das instituições privadas de ensino do município do Rio de Janeiro, e identificar os efeitos da reforma trabalhista sobre esta entidade. Para isso, tomam-se por referência três marcos da história do país, a saber, o processo da redemocratização, na década de 1980, a adoção do receituário neoliberal, nos anos de 1990, e a recente reforma trabalhista. Metodologicamente, buscamos apreender a dinâmica e complexa trajetória recente da entidade sindical, valorizando a pesquisa histórica. Serviram como fontes elementos da documentação oficial produzida pela entidade sindical, especialmente, os jornais Folha do Professor, edições de 1985 a 1996, e Jornal do Professor, de 1996 a 1999, as entrevistas com diretores/as registradas no Projeto Memória, em 1997, as agendas publicadas a partir de 1994 e os informes publicados no sítio do sindicato acerca da reforma trabalhista.. Defendemos, entretanto, que as opções sobre a estrutura sindical que saíram vitoriosas dos embates ocorridos no interior do Sinpro-Rio, ao longo de sua trajetória nas décadas de

[1]Colégio Pedro II Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense.
[2]Professor do Programa de Pós –graduação em Sociologia Política do IUPERJ (PPGSP IUPERJ/UCAM)

1980 e 1990, não contribuíram para a politização e aproximação do professorado. O esvaziamento das assembleias e a relação utilitária que os docentes estabeleceram com a entidade, procurando-a quando necessitam da assistência jurídica, por exemplo, tornaram-se comuns. A "naturalização" desta realidade tornou o Sinpro-Rio politicamente vulnerável diante de uma conjuntura desfavorável como a da presente reforma trabalhista. Com a reforma trabalhista de 2016, o governo brasileiro buscou flexibilizar o trabalho e desconfigurar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), marco da proteção social brasileira. Diante da reforma trabalhista, o Sinpro-Rio, como os demais sindicatos do país, vem sendo obrigado a repensar suas estratégias de atuação política e a sua relação com a base sindical. Dentre as novas medidas, identificamos: a incorporação de novas demandas sociais – restaurando parte das tiradas pela reforma – nas Convenções Coletivas de Trabalho; o convencimento da categoria mediante novas formas de comunicação, privilegiando as redes sociais. Tais estratégias, contudo, não garantiram, até agora, a ampliação do número de sindicalizados, tampouco o fortalecimento da resistência ao desmonte da proteção social dos trabalhadores.

Palavras-chave - Sinpro-Rio; estrutura sindical; reforma trabalhista.

Abstract

The work aims to critically analyze the structure of Sinpro-Rio union, a union of teachers and teachers of private institutions of education in the munici- pality of Rio de Janeiro, and identify the effects of labor reform on this entity. To do this, take yourself by reference three milestones in the history of the country, namely, the process of redemocratization, in the decade of 1980, the adoption of the neo-liberal prescriptions, in the year of 1990, and the recent labor reform. Methodologically, we seek to understand the dynamics and complex recent trajectory of trade union organization, valuing the historical research. Served as sources elements of official documentation produced by the Union, especially the teacher's Sheet newspapers editions, from 1985 to 1996, and Official of the Teacher, from 1996 to 1999, interviews with directors/the recorded in the Memory Project, in 1997, the schedules published from 1994 and the reports published on the website of the Union about the labor reform. We, however, that the options on the trade union structure that emerged victorious from collisions occurring within the Sinpro-Rio, along its trajectory in the decades of 1980 and 1990, did not contribute to the politicization and approximation of the teachers.

The emptying of the assemblies and the utilitarian relationship that teachers have established with the entity seeking it when in need of legal assistance, for example, became common. The "naturalization" of this reality became the Sinpro-Rio politically vulnerable in the face of an unfavorable as the present labor reform. With the labor reform of 2016, the Brazilian government sought to ease the work and unconfigure the Consolidation of Labor Laws (CLT), mark of Brazilian social protection. Before the labor reform, the Sinpro-Rio, as all other trade unions in the country, is being forced to rethink their strategies of political activity and its relationship with the unions. Among the new measures identified include the incorporation of new social demands - restoring part of the taken by the reform - in the collective work conventions; the conviction of the category through new forms of communication, privileging the social networks. Such strategies, however, did not have, until now, the increase in the number of unionized, nor the strengthening of resistance to dismantle the social protection of workers.

KEYWORDS - Sinpro-Rio; trade structure; labor reform.

1. INTRODUÇÃO

O Sinpro-Rio é o sindicato das professoras e professores das instituições privadas de ensino do município do Rio de Janeiro, fundado em 1931. No presente trabalho, a trajetória da instituição é investigada tomando-se por referência os contextos históricos do processo da redemocratização do país, na década de 1980, da adoção do receituário neoliberal, nos anos de 1990, e da recente reforma trabalhista.

Como primeiro objetivo, propomos analisar criticamente a estrutura sindical do Sinpro-Rio à luz do debate acadêmico em torno da categoria "novo sindicalismo". Em seguida, identificaremos os efeitos da reforma trabalhista sobre a entidade pesquisada.

Metodologicamente, buscamos apreender o dinâmico e complexo percurso recente da entidade sindical, valorizando a pesquisa histórica. Serviram como fontes elementos da documentação oficial produzida pela entidade sindical, especialmente, os jornais Folha do Professor, edições de 1985 a 1996, e Jornal do Professor, de 1996 a 1999, as entrevistas com diretores/as registradas no Projeto Memória, em 1997, as agendas publicadas a partir de 1994 e os informes publicados no sítio do sindicato acerca da reformatrabalhista.

Compreendemos o caráter contraditório das escolhas tomadas em meio aos processos históricos. Sustentamos, contudo, que as opções sobre a estrutura sindical que saíram vitoriosas dos embates ocorridos no interior do Sinpro-Rio, ao longo de sua trajetória nas décadas de 1980 e 1990, não contribuíram para a politização e aproximação do professorado. O esvaziamento das assembleias e a relação utilitária que os docentes estabeleceram com a entidade, procurando-a quando necessitam da assistência jurídica, por exemplo, tornaram-se comuns. A "naturalização" desta realidade tornou o Sinpro-Rio politicamente vulnerável diante de uma conjuntura desfavorável, como a da presente reforma trabalhista.

2. A estrutura sindical do Sinpro-Rio na década de 1980

No tocante à estrutura sindical do Sinpro-Rio, identificamos uma disputa pela memória da entidade na década de 1980, em torno do enquadramento do Sinpro ao "novo" ou ao "velho sindicalismo". Um dos entrevistados pelo *Projeto Memória*, realizado em 2007, pela própria instituição, conferiu uma linha de continuidade na trajetória do Sinpro-Rio, desde o período anterior ao golpe empresarial-militar, em 1964, até os anos de 1980. Filiado ao PCB na virada da década de 1970 para 1980, o intuito deste dirigente sindical foi valorizar a influência de seu próprio partido sobre a trajetória do sindicato (MITTELMAN, 2018, p. 114).

O depoimento de outro entrevistado ao mesmo projeto, no entanto, buscou destacar a atuação dos/as professores/as que assumiram a direção do Sinpro em 1978, tentando desprestigiar a gestão anterior e ressaltar um discurso de inovação, como se o Sindicato tivesse incorporado todas as orientações do "novo sindicalismo", (MITTELMAN, 2018, p. 114).

A categoria "novo sindicalismo" foi forjada tanto por militantes do movimento sindical organizado a partir das greves de 1978, no ABC paulista, quanto por acadêmicos. O termo foi definido em contraposição às características do movimento sindical da década de 1940 ao golpe de 1964, que passou a ser associado ao "velho sindicalismo".

Antunes (1995) e Marques (2005) são alguns dos autores que valorizam as inovações, nos anos de 1980, da atuação sindical, do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), então formados. Dentre os aspectos ressaltados, mencionam o âmbito nacional da central (ANTUNES, 1995, p. 27), o questionamento da estrutura sindical atrelada ao Estado, ao criticarem o imposto sindical (ANTUNES, 1995, p. 37), por exemplo, e a capacidade

de dar voz aos trabalhadores, ao organizar os sindicatos a partir da base, por meio das comissões das fábricas ou empresas (MARQUES, 2005, p. 128). Para esses autores, diferentemente do PCB, do MR-8, do PC do B e da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT, fundada por esses partidos, em 1983), o PT e a CUT surgiram sob a égide de um projeto combativo, classista, defensor do socialismo, e não da conciliação das classes sociais. O processo de transformismo político-ideológico, vivenciado pelo PT e pela CUT, teria ocorrido em meados da década seguinte, segundo a análise de Coelho (2012).

Boito Jr, por outro lado, defende que, desde o início, a CUT nunca possuiu características efetivamente novas, por mais que as mantivesse em seus discursos. O autor acredita que todas as características da estrutura sindical, como a "investidura sindical"[3], a "unicidade sindical"[4] e o "imposto sindical"[5], "mantêm entre si relações necessárias" (BOITO JR, 1991, p. 25). Defende, ainda, que esta estrutura está ligada à ideologia populista, cuja função é "exclusiva e permanentemente de desorganizar o movimento sindical das classes trabalhadoras" (BOITO JR, 1991, p. 12). Boito Jr argumenta que a estrutura sindical manteve-se por diferentes conjunturas da história do país justamente porque, sendo uma estrutura, cumpriu sempre o mesmo efeito, de amortecer o conflito entre as classes (BOITO JR, 1991, p. 16).

Giannotti (1988) corrobora a perspectiva de Boito Jr, sobre a estrutura sindical brasileira, ao identificar o corporativismo como a ideologia presente no Título V da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943 (GIANNOTTI, 1988, p. 16-17). O autor considera que o Título V da CLT tornou os sindicatos um "órgão de utilidade pública", não "uma forma de organização e reivindicação de uma classe" (GIANNOTTI, 1988, p. 18). A partir do corporativismo analisado por Giannotti, viria a justificativa para a existência do Imposto Sindical. Por exemplo, para que os sindicatos pudessem oferecer, como colaboração com

[3]A investidura sindical é a concessão, pelo Estado, da carta de reconhecimento do sindicato (Boito Jr, 1991, p. 27). Cf. também Giannotti, 1988. p. 51-53.

[4]Unicidade sindical é a determinação, por lei, de apenas um sindicato por categoria (Boito Jr, 1991, p. 27-29). Giannotti indica que a unicidade sindical foi criada em 1931, pelo primeiro decreto sindical. Desapareceu na Constituição de 1934. E foi retomada no Decreto nº 1.402, de 1939, tendo sido posteriormente incorporada pelo Art. 516 da CLT. O mesmo afirma: "Não será reconhecido mais de um sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial" (Giannotti, 1988. p. 30-34).

[5]O imposto sindical diz respeito às "contribuições sindicais obrigatórias por força da lei e extensivas aos não associados constituem uma espécie de poder tributário que o sindicato oficial, enquanto ramo do aparelho de Estado, detém" (Boito Jr, 1991, p. 37). Cf. Giannotti, 1988. p. 41-47.

o Estado, serviços assistenciais, como assistência médico-hospitalar, facultados por Getúlio Vargas, desde 1931 (GIANNOTTI, 1988, p. 18-26).

Para além da contenda sobre a narrativa do passado, a análise das fontes primárias localizadas no Arquivo do Sinpro-Rio confirmou que a entidade seguiu as orientações do PCB em relação à estrutura e atuação sindicais, ao longo da década de 1980. O Sindicato dialogava e posicionava-se com os embates colocados na época. Percebemos que as ações e discursos dos/as diretores/as do Sinpro-Rio defenderam, em várias oportunidades, a manutenção dos elementos que compunham a estrutura sindical desde as décadas de 1930 e 1940. Poucos são os exemplos de aceitação das práticas do "novo sindicalismo".

A primeira amostra que podemos comentar da influência do PCB sobre o Sinpro no debate da estrutura sindical, no início da década de 1980, é o fato da entidade não ter se filiado à CUT quando da sua criação.

Francílio Pinto Paes Leme explicou o processo que impediu o Sinpro-Rio de se filiar à CUT, nos anos de 1980, mencionando a questão partidária:

> Durante todos esses anos, o Sinpro-Rio sempre teve ligação com as entidades do movimento sindical de professores, de trabalhadores da Educação e trabalhadores em geral. [...] Participamos, consequentemente, da luta que existia a favor ou contra a criação da Central Única dos Trabalhadores [...] Nós não apoiamos a criação porque o PCB, naquela época, ele era contra. Como a gente tinha uma influência grande do PCB, o PCB era contra a formação da CUT. Não formou uma outra central. Mas era contra a formação da CUT naquela ocasião. E nós ficamos mais ou menos nessa posição. Não de ser contra. Mas numa posição de lavar as mãos, olhando de cima [...] Só que com a criação do PT, na disputa PT x PCB, PCB perdeu essa disputa. E impôs-se a visão da construção de uma nova central.[6]

A filiação do Sinpro-Rio à CUT acabou ocorrendo apenas em 1992, após aprovação por plebiscito[7]. Conforme a tese de Coelho (2012), já referida, foi justamente nesse momento, que a Confederação passou pelo mesmo transformismo vivenciado pelo PT. Estavam superadas as diferenças que na década anterior afastaram o Sinpro-Rio, com suas características tradicionais, da CUT.

[6]Francílio Pinto Paes Leme. Projeto Memória. 2007. Sinpro-Rio. Transcrição de Tania Mittelman.
[7]Cf. Comissão Pró-CUT. "O que é uma Central Sindical e o que é a CUT". Encarte do Plebiscito de filiação do Sinpro à CUT. p. 4 Acompanhou a Folha do Professor. Janeiro/Fevereiro de 1992.

Outro elemento característico da estrutura sindical tradicional é a unicidade sindical. O Sindicato comemorou a manutenção da unicidade na promulgação da Constituição, em 1988, conforme verificamos na nota abaixo:

> A Unidade Sindical foi aprovada através de uma fusão de emendas do PMDB, MUP, PCB, PC do B, PDT e PFL com 340 votos favoráveis, 103 contrários e 42 abstenções. A emenda que permitia o pluralismo, resultante da fusão de propostas do PT e do Centrão, foi derrotada por 305 votos a 148 com 19 abstenções.
>
> Nosso Sindicato saúda esta decisão, pois a divisão do movimento sindical tem significado, nos países onde ocorreu, a partidarização do sindicato, o que enfraquece a luta dos trabalhadores.[8]

Giannotti argumenta que há "distinção entre a unidade livremente conquistada, construída e defendida pela classe operária e unidade imposta por lei, ou seja, "unicidade" outorgada por um Estado que junto com isso impôs mil outras leis para castrar e amarrar o movimento sindical" (Giannotti, 1988, p. 33). Boito Jr observa que em "todos os países que conhecem o pluralismo sindical na lei e nos fatos, como a França, a Espanha ou a Itália, evidenciam que o pluralismo não leva à pulverização, já que enseja, sempre, a afirmação de *um* sindicato como o sindicato dominante" (Boito Jr, 1991, p. 29).

O Sinpro-Rio foi veemente na defesa da unicidade sindical quando perdeu o monopólio da representação sindical dos professores do Ensino Superior, após a Constituição de 1988 legitimar o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES - SN). Desde 1979, o Sinpro-Rio representava o corpo docente da UERJ, por exemplo[9]. O Departamento Jurídico do Sinpro-Rio recorreu à questão da investidura sindical, criticada por Giannotti e por Boito Jr, para desprestigiar a atuação da ANDES[10].

A recusa à filiação à CUT e a defesa da unicidade sindical são exemplos do enquadramento do Sinpro à estrutura sindical associada ao "velho sindica-

8 "Sessão Quadro Negro. CONSTITUINTE I". In: *Folha do Professor.* Ano 27. Nº 121. Abril de 1988. p. 8

9 Segundo texto intitulado "Aos professores, servidores e alunos da UERJ". In: *Folha do Professor.* Julho de 1989. p. 8

10 "Por que a ANDES legalmente não nos representa (Parecer do departamento Jurídico)". In: *Folha do Professor.* Abril de 1989. p. 7

lismo", na década de 1980. Nos anos que se seguiram, ainda outros elementos mantiveram as práticas do Sinpro semelhantes ao sindicalismo anterior ao golpe empresarial-militar de 1964 e, mesmo, sob a ditadura, como demonstraremos na próxima seção.

3. O Sinpro-Rio nos anos de 1990: a estrutura sindical e o neoliberalismo

No início da década de 1990, a defesa da unicidade sindical foi mantida por alguns diretores do Sinpro, sob o argumento de que era preciso garantir a unidade dos trabalhadores diante da ofensiva neoliberal. Ignorando a realidade dos sindicatos nos países europeus, apontada por Boito Jr, os diretores do Sinpro-Rio consideravam que o pluralismo serviria aos patrões, e não aos sindicatos[11].

A dependência do Sinpro em relação ao Imposto Sindical, repassado pelo Estado, é outro aspecto que confirma o caráter tradicional da entidade. Durante o I Consinpro, congresso da entidade, em 1991, um dos temas discutidos foi o da sustentação econômica do Sindicato. Uma das teses defendeu "a Contribuição Confederativa, a manutenção da Contribuição Assistencial e o Imposto Sindical de 1992". Outra tese propôs "uma rediscussão do Imposto Sindical obrigatório, que é recolhido pelo Ministério do Trabalho, e convocação de uma Assembleia Geral para se discutir o destino dos 60% (desse imposto) que chegam ao Sindicato". Após os debates na Plenária do Congresso, decidiu-se pela aprovação da Contribuição Confederativa e da Contribuição Assistencial diferenciada dos sindicalizados e não sindicalizados. A questão da arrecadação do Imposto Sindical, no entanto, foi adiada para o IICONSINPRO.[12]

Constatando que a receita originária do imposto sindical correspondia ao maior valor obtido no orçamento do Sinpro-Rio, no início dos anos de 1990[13], é possível compreender por que o Sinpro-Rio adiou o debate sobre o Imposto Sindical e a sustentação financeira do sindicato e acabou não conseguindo dispensá-lo.

[11] SEABRA, Gerson. "Sindicalismo combativo". In: Folha do Professor. Agosto/Setembro de 1992. p. 7; MELLO, Enocir Chaves e (2º Secretário). "Comentários. Contrato Coletivo de Trabalho". Folha do Professor. Novembro/Dezembro de 1992. p. 12.

[12] "I CONSINPRO" In: *Folha do Professor.* Novembro/Dezembro de 1991. p. 6

[13] "Resoluções finais. 1º CONSINPRO. 08/09/10 de novembro de 1991. Novos tempos para o SINPRO-Rio". In: Folha do Professor. Extra. Abril de 1992. p. 5-7

O comentário do dirigente Antonio Rodrigues da Silva ratifica a postura do Sinpro:

> Eu sempre digo que nós somos um sindicato que tradicionalmente tem sua base no imposto sindical, na contribuição assistencial etc. Tradicionalmente. Mas esse sindicato se constituiu por um grupo de pessoas progressistas. Esse sindicato sempre teve uma história progressista. Esse é um sindicato que tem um acúmulo à esquerda. E ele sempre se caracterizou como tal.[14]

A manutenção de atividades assistenciais aos docentes sindicalizados/as, confirmadas pelo Estatuto de 1989, tais como a promoção de lazer na Fazenda Mineira[15], o serviço do Departamento Jurídico e a oferta de convênios médicos e odontológicos, também confere ao Sinpro o caráter tradicional, que remete ao modelo de sindicato estruturado por Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 1940.

Revitalizar a Fazenda Mineira, uma área de lazer mantida pelo sindicato desde 1977, foi um compromisso assumido pela diretoria que tomou posse em 1990. Também conhecida como "Colônia Campestre", localizava-se no bairro do Café Torrado, em Xerém, próxima à Serra de Petrópolis. Em julho de 1991, foi na Fazenda Mineira onde a diretoria do Sinpro promoveu o "Arraiá do Professô", com barraca de comidas típicas e brincadeiras.

Em relação à assistência jurídica prestada pelo Sinpro-Rio aos docentes sindicalizados, identificamos que o Departamento Jurídico do Sindicato tomou para si o papel de colaborador do governo, assumindo a função fiscalizadora das práticas dos estabelecimentos de ensino e realizando denúncias de irregularidades à Delegacia Regional do Trabalho (D.R.T.)[16].

Prática semelhante foi apontada por Martins como uma imposição do governo da ditadura empresarial-militar, que, por meio da legislação, reforçou as funções burocrático-administrativas dos sindicatos. Surgiu desta forma, a estratégia da conscientização jurídica, no lugar da função política da conscientização de classe. (MARTINS, 1979, p. 164; p. 172).

14 Antonio Rodrigues da Silva. Entrevista ao Projeto Memória. 2007. Transcrição de Tania Mittelman.

15 Cf. "Um convite para este verão nossa Colônia Campestre". In: *Folha do Professor.* Novembro/Dezembro de 1990. p. 8; "Vamos botar lenha na fogueira". In: *Folha do Professor.* Julho de 1991. p. 8.

16 "Departamento Jurídico. O sindicato a serviço da categoria". In: *Folha do Professor.* Extra. Dezembro 1989. p. 3

Importante lembrar que estamos analisando a atuação do Sinpro nos anos de 1980 e 1990. Não se tratam das conjunturas dos governos de Getúlio Vargas, nas décadas de 1930 e 1940, ou da ditadura instaurada em 1964. Portanto, a função da conscientização jurídica assumida pelo Departamento Jurídico deve ser entendida como uma escolha realizada pelos próprios diretores do Sindicato. A nota abaixo ratifica a opção do Departamento Jurídico do Sinpro-Rio em se manter, na década de 1990, nesses limites:

> O Sindicato tem como um dos seus objetivos orientar aos professores sobre seus direitos trabalhistas e lutar para que os mesmos sejam colocados em prática. [...]Para tanto é necessário que você, professor, tenha conhecimento dos seus direitos e procure o Sindicato para informar-se sobre as escolas que desrespeitam a legislação. De posse da denúncia procuramos imediatamente o setor de fiscalização do Ministério do Trabalho exigindo sua presença na escola citada e, em muitos casos, entramos em contato com o colégio a procura de uma solução para o problema. Tem sido grande a lista de denúncias como o não pagamento do piso, não assinatura da Carteira Profissional, atraso de pagamentos, inexistência de contracheque, não depósito de FGTS, não pagamento de férias, entre tantas outras irregularidades.[17]

A partir da edição de setembro/outubro de 1990, o Departamento Jurídico adotou a prática de listar, no jornal da entidade, estabelecimentos de ensino denunciados por descumprir a legislação trabalhista, os acordos salariais ou, ainda, que se apropriassem indevidamente de valores descontados dos/as professores/as e que deveriam ser repassados ao sindicato[18]. Eram indicados os encaminhamentos tomados a respeito de cada uma das irregularidades. É notável o crescimento desta seção ao longo da década de 1990. O Sinpro-Rio chegou a usar espaço em jornais da imprensa convencional para denunciar as escolas.[19]

Tais denúncias remetem-nos às observações de Lênin sobre as "folhas volantes", que constituíram uma "literatura de denúncia econômica (referente às fábricas) e à vida profissional" (LÊNIN, 1902, p. 31). Ganharam vulto na Rús-

[17]"Sindicato denuncia escolas". In: Folha do Professor. Setembro/Outubro de 1990. p. 6.
[18]"Sindicato denuncia escolas". In: Folha do Professor. Setembro/Outubro de 1990. p. 6.
[19]" "Grampos", "pilantropia", venda de votos e demissões". In: O Globo e Jornal do Brasil. Ambos de 04/12/1998.

sia pré-revolucionária tanto entre operários como entre trabalhadores de outras profissões, devido à similitude nas necessidades e na miséria. Lênin ressalta que esse tipo de literatura de denúncia corria o risco de manter os sindicatos limitados à luta estritamente profissional, que em nada alteraria o modo de produção que conduz à exploração dos trabalhadores (LÊNIN, 1902, p. 32).

Uma diferença observada entre a prática do Sinpro, na década de 1990, e o assistencialismo criado pelo governo de Vargas, é que mesmo mantendo o Imposto Sindical em sua receita, os convênios estabelecidos pelo Sinpro foram firmados com empresas particulares, que demandavam um pagamento extra pelos associados/as. Tampouco se restringiram à assistência médica e odontológica. Podemos mencionar o anúncio de convênio firmado entre o Sinpro-Rio e o Banerj Seguros oferecendo desconto para docentes interessados em renovar o seguro do automóvel.[20] E o acordo de desconto de 15% em restaurante localizado no prédio da sede do Sindicato.[21]

Uma das contradições evidenciada nos convênios firmados pelo Sinpro é que o Sindicato dos Professores formulava discursos de defesa da educação pública e de combate às privatizações dos serviços públicos pela política neoliberal, porém mantinha-se atrelado à função de oferecer convênios, como serviços médicos e odontológicos particulares para os professores sindicalizados, sem menção alguma à defesa da saúde pública de qualidade. Chama a atenção como a lista de convênios foi se ampliando ao longo da década, estendendo-se até a pousadas e churrascaria, como evidencia a página ao lado do *Jornal do Professor*:

Podemos identificar como o ápice da contradição com o discurso contra a privatização, apregoado pelo Sindicato, a publicação na *Revista Cultural Sinpro-Rio*, lançada em outubro de 1997, de propaganda do Banco Bandeirantes, oferecendo aos professores um fundo de previdência, entre outros produtos.

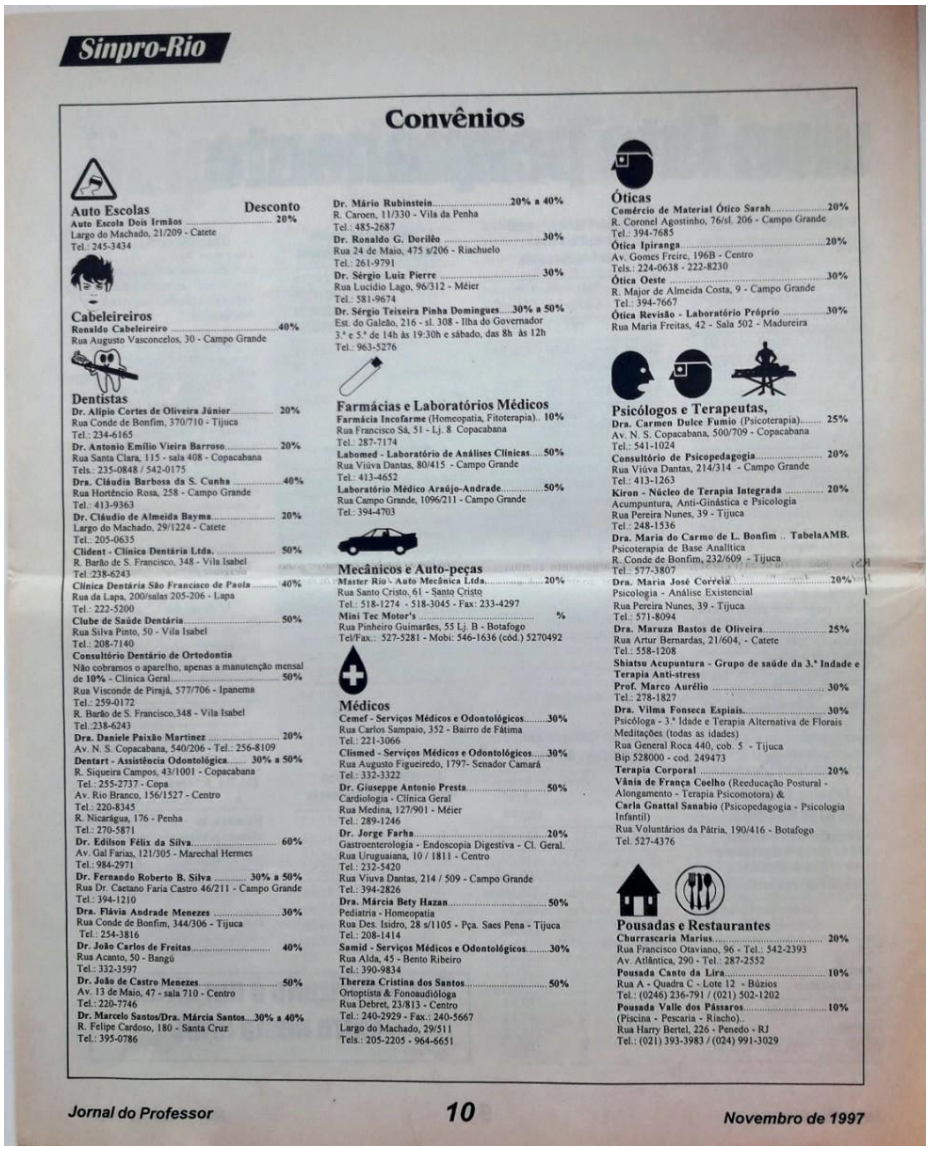
Uma das poucas bandeiras comumente associadas ao "novo sindicalismo" experimentada no Sinpro-Rio foi a tentativa de efetivar a representação pela base da categoria, como resistência às decisões tomadas pela cúpula do sindicato.

Ao que parece, desde a campanha salarial de 1987, os docentes se organizaram de acordo com as regiões geográficas em que trabalhavam. Uma nota dirigida aos/às professores/professoras da Zona Sul, publicada no único número da *Folha do Professor* que circulou naquele ano, recomendava que aquela for-

20 "Seguro de carro" In: *Folha do Professor*. Março/Abril de 1991. p. 8; "Segure o seu carro". In: *Folha do Professor*. Julho de 1991. p. 8; "Seguro com desconto". In: *Folha do Professor*. Agosto/Setembro de 1992. p. 2

21 "Coluna cultural". In: *Folha do Professor*. Junho/Julho de 1992. p. 7

***JORNAL DO PROFESSOR*. NOVEMBRO DE 1997. p. 10.**



Sinpro-Rio

Convênios

Auto Escolas — Desconto

Auto Escola Dois Irmãos 20%
Largo do Machado, 21/209 - Catete
Tel.: 245-3434

Cabeleireiros

Ronaldo Cabeleireiro 40%
Rua Augusto Vasconcelos, 30 - Campo Grande

Dentistas

Dr. Allpio Cortes de Oliveira Júnior 20%
Rua Conde de Bonfim, 370/710 - Tijuca
Tel.: 234-6165

Dr. Antonio Emilio Vieira Barroso 20%
Rua Santa Clara, 115 - sala 408 - Copacabana
Tels.: 235-0848 / 542-0175

Dra. Cláudia Barbosa da S. Cunha 40%
Rua Hortêncio Rosa, 258 - Campo Grande
Tel.: 413-9363

Dr. Cláudio de Almeida Bayma 20%
Largo do Machado, 29/1224 - Catete
Tel.: 205-0635

Clident - Clínica Dentária Ltda. 50%
R. Barão de S. Francisco, 348 - Vila Isabel
Tel.:238-6243

Clínica Dentária São Francisco de Paola 40%
Rua da Lapa, 200/salas 205-206 - Lapa
Tel.: 222-5200

Clube de Saúde Dentária 50%
Rua Silva Pinto, 50 - Vila Isabel
Tel.: 208-7140

Consultório Dentário de Ortodontia
Não cobramos o aparelho, apenas a manutenção mensal de 10% - Clínica Geral 50%
Rua Visconde de Pirajá, 577/706 - Ipanema
Tel.: 259-0172
R. Barão de S. Francisco,348 - Vila Isabel
Tel.:238-6243

Dra. Daniele Paixão Martinez 20%
Av. N. S. Copacabana, 540/206 - Tel.: 256-8109

Dentart - Assistência Odontológica ..... 30% a 50%
R. Siqueira Campos, 43/1001 - Copacabana
Tel.: 255-2737 - Copa
Av. Rio Branco, 156/1527 - Centro
Tel.: 220-8345
R. Nicarágua, 176 - Penha
Tel.: 270-5871

Dr. Edilson Félix da Silva 60%
Av. Gal Farias, 121/305 - Marechal Hermes
Tel.: 984-2971

Dr. Fernando Roberto B. Silva ..... 30% a 50%
Rua Dr. Caetano Faria Castro 46/211 - Campo Grande
Tel.: 394-1210

Dra. Flávia Andrade Menezes 30%
Rua Conde de Bonfim, 344/306 - Tijuca
Tel.: 254-3816

Dr. João Carlos de Freitas 40%
Rua Acanto, 50 - Bangú
Tel.: 332-3597

Dr. João de Castro Menezes 50%
Av. 13 de Maio, 47 - sala 710 - Centro
Tel.: 220-7746

Dr. Marcelo Santos/Dra. Márcia Santos ..... 30% a 40%
R. Felipe Cardoso, 180 - Santa Cruz
Tel.: 395-0786

Dr. Mário Rubinstein ..... 20% a 40%
R. Caroen, 11/330 - Vila da Penha
Tel.: 485-2687

Dr. Ronaldo G. Dorilêo 30%
Rua 24 de Maio, 475 s/206 - Riachuelo
Tel.: 261-9791

Dr. Sérgio Luiz Pierre 30%
Rua Lucídio Lago, 96/312 - Méier
Tel.: 581-9674

Dr. Sérgio Teixeira Pinha Domingues ..... 30% a 50%
Est. do Galeão, 216 - sl. 308 - Ilha do Governador
3.ª e 5.ª de 14h às 19:30h e sábado, das 8h às 12h
Tel.: 963-5276

Farmácias e Laboratórios Médicos

Farmácia Incofarme (Homeopatia, Fitoterapia) .. 10%
Rua Francisco Sá, 51 - Lj. 8 Copacabana
Tel.: 287-7174

Labomed - Laboratório de Análises Clínicas 50%
Rua Viúva Dantas, 80/415 - Campo Grande
Tel.: 413-4652

Laboratório Médico Araújo-Andrade 50%
Rua Campo Grande, 1096/211 - Campo Grande
Tel.: 394-4703

Mecânicos e Auto-peças

Master Rio - Auto Mecânica Ltda. 20%
Rua Santo Cristo, 61 - Santo Cristo
Tel.: 518-1274 - 518-3045 - Fax: 233-4297

Mini Tec Motor's ..... %
Rua Pinheiro Guimarães, 55 Lj. B - Botafogo
Tel/Fax.: 527-5281 - Mobi: 546-1636 (cód.) 5270492

Médicos

Cemef - Serviços Médicos e Odontológicos 30%
Rua Carlos Sampaio, 352 - Bairro de Fátima
Tel.: 221-3066

Clismed - Serviços Médicos e Odontológicos 30%
Rua Augusto Figueiredo, 1797- Senador Camará
Tel.: 332-3322

Dr. Giuseppe Antonio Presta 50%
Cardiologia - Clínica Geral
Rua Medina, 127/901 - Méier
Tel.: 289-1246

Dr. Jorge Farha 20%
Gastroenterologia - Endoscopia Digestiva - Cl. Geral.
Rua Uruguaiana, 10 / 1811 - Centro
Tel.: 232-5420
Rua Viuva Dantas, 214 / 509 - Campo Grande
Tel.: 394-2826

Dra. Márcia Bety Hazan 50%
Pediatria - Homeopatia
Rua Des. Isidro, 28 s/1105 - Pça. Saes Pena - Tijuca
Tel.: 208-1414

Samid - Serviços Médicos e Odontológicos 30%
Rua Alda, 45 - Bento Ribeiro
Tel.: 390-9834

Thereza Cristina dos Santos 50%
Ortoptista & Fonoaudióloga
Rua Debret, 23/813 - Centro
Tel.: 240-2929 - Fax.: 240-5667
Largo do Machado, 29/511
Tels.: 205-2205 - 964-6651

Óticas

Comércio de Material Ótico Sarah 20%
R. Coronel Agostinho, 76/sl. 206 - Campo Grande
Tel.: 394-7685

Ótica Ipiranga 20%
Av. Gomes Freire, 196B - Centro
Tels.: 224-0638 - 222-8230

Ótica Oeste 30%
R. Major de Almeida Costa, 9 - Campo Grande
Tel.: 394-7667

Ótica Revisão - Laboratório Próprio 30%
Rua Maria Freitas, 42 - Sala 502 - Madureira

Psicólogos e Terapeutas,

Dra. Carmen Dulce Fumio (Psicoterapia) 25%
Av. N. S. Copacabana, 500/709 - Copacabana
Tel.: 541-1024

Consultório de Psicopedagogia 20%
Rua Viúva Dantas, 214/314 - Campo Grande
Tel.: 413-1263

Kiron - Núcleo de Terapia Integrada 20%
Acumpuntura, Anti-Ginástica e Psicologia
Rua Pereira Nunes, 39 - Tijuca
Tel.: 248-1536

Dra. Maria do Carmo de L. Bonfim ... TabelaAMB.
Psicoterapia de Base Analítica
R. Conde de Bonfim, 232/609 - Tijuca
Tel.: 577-3807

Dra. Maria José Correia 20%
Psicologia - Análise Existencial
Rua Pereira Nunes, 39 - Tijuca
Tel.: 571-8094

Dra. Maruza Bastos de Oliveira 25%
Rua Artur Bernardes, 21/604, - Catete
Tel.: 558-1208

Shiatsu Acupuntura - Grupo de saúde da 3.ª Indade e Terapia Anti-stress
Prof. Marco Aurélio 30%
Tel.: 278-1827

Dra. Vilma Fonseca Espiais 30%
Psicóloga - 3.ª Idade e Terapia Alternativa de Florais
Meditações (todas as idades)
Rua General Roca 440, cob. 5 - Tijuca
Bip 528000 - cod. 249473

Terapia Corporal 20%
Vânia de França Coelho (Reeducação Postural - Alongamento - Terapia Psicomotora) &
Carla Gnattal Sanabio (Psicopedagogia - Psicologia Infantil)
Rua Voluntários da Pátria, 190/416 - Botafogo
Tel. 527-4376

Pousadas e Restaurantes

Churrascaria Marius 20%
Rua Francisco Otaviano, 96 - Tel.: 542-2393
Av. Atlântica, 290 - Tel.: 287-2552

Pousada Canto da Lira 10%
Rua A - Quadra C - Lote 12 - Búzios
Tel.: (0246) 236-791 / (021) 502-1202

Pousada Valle dos Pássaros 10%
(Piscina - Pescaria - Riacho).
Rua Harry Bertel, 226 - Penedo - RJ
Tel.: (021) 393-3983 / (024) 991-3029

Jornal do Professor 10 Novembro de 1997

ma de organização fosse mantida com o objetivo de democratizar o acesso da categoria ao sindicato:

> O espaço agora conquistado é fruto de um amadurecimento da categoria por sentir a fragilidade de campanhas passadas, das dis-

> cussões e da nossa própria mobilização. É importante tornar concretas todas as ideias que passam pela cabeça de todos nós: [...]
>
> 6) Organização da estratégia de representação nas escolas para que as decisões saiam das discussões de base, isto é, de cada unidade escolar e que tornem realmente representativas as nossas decisões.
>
> 7) Espaço permanente perto do seu grupo de trabalho para que o professor possa discutir todas as suas ideias e colocar em exercício sua prática democrática com o objetivo do crescimento coletivo e organizado de nossa categoria.
>
> 8) Espaço democrático, sem decisões pré-determinadas para serem "discutidas"
>
> Este espaço conquistado pela categoria poderá fortalecer e frutificar uma política de concretização e atuação dos professores, a maioria não engajada na política sindical, detonando uma moderna e nova política sindical.[22]

As Zonais foram oficialmente instituídas pelo Estatuto votado em 1989[23]. No final do ano seguinte, Wanderley Júlio Quêdo, que assumira a direção da Zonal Méier, explicava e ressaltava a importância da instância das zonais como meio de democratizar a atuação do sindicato:

> No movimento sindical organizar significa conscientizar, mobilizar e politizar a categoria, despertando-a com os problemas específicos do professorado, bem como de inserção deste na conjuntura do país.
>
> A luta maior é preservar e fortalecer o SINPRO/RIO dentro de seu pluralismo político e ideológico. Não pretendemos nos isolar e sim através do trabalho das zonais estabelecer uma ponte permanente entre a entidade e o conjunto do professorado. É nos unindo no trabalho, mesmo discordando nas ideias, que nós ire-

[22] "Zona Sul: está na hora de assegurar". In: Folha do Professor. Dezembro de 1987. p. 5
[23] A Folha do Professor de outubro de 1989 convocou para a assembleia de discussão e votação do mesmo, em 11 de novembro de 1989, na UERJ.

> mos enfrentar e vender os fantasmas do antigo regime ditatorial, que hora outra retornam a esplanada dos ministérios.[24]

Contudo, o trecho a seguir, assinado pelos diretores das zonais, em 1991, sinaliza que a categoria não se apropriara das zonais como espaço de participação:

> [...] ouvimos algumas queixas tais como: só fazemos movimentos por ganhos econômicos; as greves são tiradas por grupo minoritário que decide as assembleias; as assembleias são frequentes duelos; são sempre as mesmas pessoas que falam nas assembleias [...]
>
> Precisamos aumentar a participação dos professores nas reuniões das zonais para fortalecê-las e crescermos na nossa ação. Enquanto formos professores temos que defender a nossa profissão e lutar pela nossa categoria.[25]

O recurso instituído para a democratização das discussões e deliberações do Sindicato não estava funcionando conforme fora imaginado.

Em seu depoimento ao *Projeto Memória*, em 2007, Regina Nery Fialho Moura, que foi diretora da Zonal Ilha do Governador de 1990 a 1993, comentou o insucesso da experiência das zonais:

> Eu acho que nesse processo de mais de [...] quinze anos, houve meio que uma paralisação. Como nos demais sindicatos. Porque ficou na velha estrutura centralizada. Existiam as zonais. Mas, na prática, não existiu um trabalho efetivo de representação nas escolas. Mas é a questão do processo histórico mesmo. [...][26]

Fialho observa que, apesar da experiência e existência das zonais, acabou prevalecendo a "velha estrutura centralizada" na dinâmica do Sinpro-Rio. Por outro lado, acontecia também de escolas impedirem o acesso dos diretores das zonais à Sala dos Professores. Em 1992, os diretores da zonal Ilha, Sul e Méier

[24]Quêdo, Wanderley Julio (Diretor da Zonal Méier). "As Zonais". In: Folha do Professor. Novembro/Dezembro de 1990. p. 8.
[25]Diretoria das Zonais. "SINPRO nas escolas". In: Folha do Professor. Agosto/Setembro de 1991. p. 2.
[26]Regina Fialho. Entrevista ao Projeto Memória. 2007. SINPRO-RIO. Transcrição de Tania Mittelman.

denunciaram nominalmente cinco escolas seguidoras desta prática.[27] Seja por qual razão, a organização do sindicato em zonais não foi capaz de democratizar os debates e deliberações políticas do Sindicato.

Na década de 1990, as diretorias do Sinpro-Rio tiveram, ainda, de lidar com os efeitos da adoção do receituário neoliberal no país. Em 1991, as Resoluções Finais aprovadas durante o I CONSINPRO ressaltaram os efeitos negativos provocados pela política econômica recessiva do Governo Collor:

> O SINPRO-Rio, como todas as organizações sindicais, não passou incólume pelo processo recessivo que atingiu de forma significativa a classe trabalhadora do país.
>
> Ao contrário, esta instituição foi duramente atingida, quer pela retenção de parcela do imposto sindical, na Caixa Econômica Federal, quer pela diminuição da receita dos associados, em função do desemprego que limita a organização sindical.[28]

No final da década de 1990, Francílio Pinto Paes Leme, então presidente do sindicato, apresentou um balanço de sua gestão afirmando: "O mandato da atual diretoria do Sinpro-Rio que ora se encerra, enfrentou a política neoliberal e recessiva do governo FHC"[29].

No entanto, em meio a essa conjuntura já muitas vezes apontada como desfavorável à atuação dos sindicatos, o Sinpro-Rio vivenciava um paradoxo. Por algumas vezes, foram anunciadas a realização de reformas e da ampliação de seu patrimônio. A reforma do auditório da sede foi propagandeada na *Revista Cultural*, em 1998, como uma adequação da "entidade para enfrentar as exigências da realidade político-social, de ameaças ao movimento sindical, além de criar uma nova fonte de receita, com o aluguel do espaço para empresas e entidades, além da realização de atividades culturais."[30]

No ano seguinte, o *Jornal do Professor* anunciou "a aquisição de mais um andar, adquirido graças ao superávit em 1998", no edifício onde funcionava a sede. A compra relacionava-se ao "projeto da instalação da Escola do Profes-

[27] "Coluna das Zonais". In: Folha do Professor. Março/Abril de 1992. p. 2

28 "Resoluções finais. 1º CONSINPRO. 08/09/10 de novembro de 1991. Novos tempos para o SINPRO-Rio". In: Folha do Professor. Extra. Abril de 1992. p. 7

[29] "Votar é fortalecer o Sindicato como uma entidade de luta". In: Folha do Professor. Julho de 1999. Capa.

[30] "Sinpro-Rio: uma entidade moderna para o século XXI". In: SINPRO-RIO. Revista Cultural. Agosto de 1998. p. 21

sor".[31] A mesma edição do periódico divulgou, também, a construção de "auditório para 80 pessoas, e as antigas instalações foram reformadas e ampliadas", na Delegacia Sindical de Campo Grande.[32]

Em depoimento ao *Projeto Memória*, em 2007, o Segundo Tesoureiro do sindicato, de 1990 a 1996, e membro do Conselho Fiscal, de 1996 a 1999, explicou com orgulho as aplicações financeiras realizadas para que a entidade garantisse o superávit e a ampliação de seu patrimônio:

> Montamos todo um mecanismo de novas aplicações financeiras e montamos um mecanismo também que o que entrava na receita do Sindicato, nós tirávamos e poupávamos. E como havia uma inflação bastante elevada, a gente tinha que ser rápido. E não podíamos aplicar integralmente em poupança. Tinham N setores aí que tinham bons rendimentos. E daí conseguimos alavancar as nossas aplicações através de pesquisa de mercado e também até rompendo o paradigma. A gente só aplicava em bancos estatais e alguns bancos estatais estavam dando rendimentos menores que os bancos privados. E fomos aplicar dinheiro em bancos privados. E realmente, gerou um rendimento bastante razoável para o Sindicato. E com controle de custos e com aplicações financeiras adequadas, conseguimos um patrimônio que dá uma certa folga ao Sindicato."[33]

Francílio Pinto Paes Leme, Presidente da entidade a partir de 1996, considerava que o Sinpro-Rio "com essa modernização, [...] superou a burocracia porque [...] construiu uma máquina moderna, eficiente e que, portanto, está pronta para ser utilizada na ação política.".[34]

Contudo, o comentário do segundo tesoureiro lembra-nos justamente a caracterização, elaborada por Martins, do dirigente sindical atuando no sindicato burocratizado durante a ditadura militar, na década de 1960 (MARTINS, 1979, p. 165). A autora menciona como os dirigentes sindicais passaram a se dedicar aos estudos estatísticos, recorrendo algumas vezes ao DIEESE, para cumprir o

[31]"Sindicato compra mais um andar para criar a Escola do Professor". In: Folha do Professor. Julho de 1999. p. 6

[32] "Sinpro-Rio inaugura novas instalações da Delegacia Sindical de Campo Grande". In: Folha do Professor. Julho de 1999. p. 6

[33]Mauro Cerutti Viana. Entrevista ao Projeto Memória. 2007. Sinpro-Rio. Transcrição minha.

[34]Francílio Pinto Paes Leme. Entrevista ao Projeto Memória. 2007. Sinpro-Rio. Transcrição minha.

comportamento esperado, de agir de forma semelhante ao "do chefe de empresa", gerenciando bem a agência que prestaria serviços à categoria (MARTINS, 1979, p. 165).

A proposta de dirigir o Sinpro-Rio sob o critério da eficiência administrativa, somada à estrutura sindical consolidada nas décadas de 1980 e 1990, teve como contrapartida o afastamento e a despolitização da base do professorado, percebidos, por exemplo, no esvaziamento das assembleias da categoria. Esta realidade deixou a categoria vulnerável diante de conjunturas ainda mais desfavoráveis, como a da recente reforma trabalhista. Os efeitos da reforma sobre o Sinpro-Rio serão analisados por nós a seguir.

4. O SINPRO-RIO E A REFORMA TRABALHISTA

O Sinpro-Rio, como os demais sindicatos, foi duramente atingido pela reforma trabalhista de 2017. A reforma defendida pelo governo Michel Temer e aprovada com certa facilidade pelo Congresso Nacional, além de afetar direitos dos trabalhadores, alguns ainda sob julgamento de inconstitucionalidade junto ao STF, buscou desarticular o movimento sindical brasileiro.

Identificamos e analisaremos a seguir duas frentes de ação dentro da reforma trabalhista que objetivam enfraquecer o movimento sindical, a saber: as mudanças nos processos trabalhistas e o fim do imposto sindical obrigatório.

Vimos, anteriormente, que o Departamento Jurídico do Sinpro-Rio compôs um dos pilares das atividades assistenciais oferecidas pela entidade. Ao limitar o acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho – sob o risco de ter que arcar com as custas do processo, ainda que seja considerado, em parte, vitorioso – a reforma reduziu a capacidade dos sindicatos em manter ou ampliar laços com sua base por meio da gratuidade do serviço jurídico. Mesmo que o sindicato venha a arcar com a possível perda financeira do trabalhador reclamante, tal medida fortaleceu a postura ilegal do patronato e diminuiu as ações na justiça trabalhista.

> O volume de ações que foram ajuizadas em 2018 caiu 34% em relação a 2017, segundo levantamento realizado pelo **Tribunal Superior do Trabalho (TST).** O dado é importante para avaliar os efeitos da **reforma trabalhista** sobre a judicialização da Justiça do Trabalho, pois 2018 foi o primeiro ano completo de vigência das novas regras – as mudanças entraram em vigor em novembro de 2017 (*VEJA*, 24/01/2019. Copiado em 15/06/2019).

Diante das mudanças impostas pela reforma trabalhista, uma das demandas dos/as docentes dos estabelecimentos de ensino particulares do Rio de Janeiro foi que se mantivesse a homologação da demissão no sindicato. Tanto na campanha do dissídio em 2018, como em 2019, o Sinpro-Rio pautou essa demanda em suas reivindicações encaminhadas ao sindicato patronal.

No entanto, a fragilidade política do Sinpro-Rio durante as negociações com o sindicato patronal, reforçada pela baixa presença do professorado nas assembleias, fez com que a demanda da homologação das demissões no sindicato ficasse excluída da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Após essa derrota, a diretoria do Sinpro-Rio priorizou a luta pelo reajuste salarial.

Apesar do recuo nos dissídios, como estratégia de resistência, desde 2018, o Sinpro-Rio passou a orientar seus afiliados a destacar nas homologações realizadas nos estabelecimentos de ensino o seguinte texto: "Recebi por necessidade alimentar. Ficam ressalvados todos os meus direitos."[35] O texto, orientado pelo setor jurídico do sindicato, serviria como uma ressalva, visando a obtenção na justiça de valores sonegados pela instituição durante a homologação.

Por outro lado, a questão que mais provocou reação das lideranças sindicais, incluindo as do Sinpro-Rio, foi o fim do imposto sindical obrigatório, também conhecido como contribuição sindical. Para os sindicatos, o fim do imposto sindical deveria ser acompanhado de uma fase transitória que permitiria uma adequação dos sindicatos ao novo contexto. Além disso, defendiam a possibilidade de aprovação de novas contribuições visando a recomposição e sustentação financeira dos sindicatos.

O fim do imposto sindical, na forma como foi definido, representa uma efetiva tentativa de estrangulamento financeiro dos sindicatos. A meta era incapacitar os sindicatos em sua atuação, deixando os trabalhadores sem a representação sindical. Não por acaso, a reforma prevê a formação de representação dos trabalhadores na própria empresa, sem a mediação / participação dos sindicatos na escolha dos representantes.

Para o Sinpro-Rio, o fim do imposto sindical provocou impacto significativo: em 2017, o imposto sindical resultou no ingresso de R$ 2.700.240,34 para o sindicato. Em 2018, o recebimento de alguns valores atrasados resultou em R$ 106.223,53 de ingressos para o sindicato.[36]

[35] https://site.sinpro-rio.org.br/homologacao-e-no-sindicato/ Copiado em 28/06/2019.
[36]"Prestando contas à categoria – equilíbrio financeiro e compromisso com as lutas.". In: https://site.sinpro-rio.org.br/prestando-contas-a-categoria-equilibrio-financeiro-e-compromisso-com-as-lutas/ Copiado em 02/07/2019.

As duas outras receitas fixadas pelo Sinpro, a mensalidade do associado e a contribuição assistencial / negocial, representaram o ingressos dos seguintes valores: 2.249.065,15 (mensalidade) e 2.073.323,49 (contribuição). Valores que se mantém estáveis ao longo dos últimos anos e próximos do que era arrecadado com o imposto sindical.[37]

A recomposição financeira do Sinpro – que se encontra com grande reserva graças a ganhos oriundos de uma ação contra a UERJ – demandaria, como estratégia central, a ampliação do número de sindicalizados junto ao Sinpro-Rio, o que esbarra nas escolhas assumidas nas décadas anteriores.

A estrutura sindical consolidada no Sinpro-Rio, da qual fazem parte a política assistencialista e a dependência do imposto sindical, teve como impacto a redução das sindicalizações e o esvaziamento das assembleias. A opção pelo fortalecimento da judicialização dos conflitos trabalhistas, fazendo explodir o número de ações na Justiça do Trabalho, ao invés de fortalecer a atuação política do sindicato, também explica a situação vulnerável em que se encontra a entidade na presente conjuntura da reforma trabalhista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O redimensionamento do papel dos sindicatos no Brasil é, em parte, expressão de um processo internacional dentro da esfera do projeto ultraliberal, que busca reduzir a influência dos sindicatos e individualizar as relações de trabalho. Um trabalhador domesticado se insere na esfera produtiva atendendo às demandas do capital. David Harvey aponta que a

> principal contradição do uso que o capital faz da divisão do trabalho não é técnica, mas social e política. E resume-se numa única palavra: **alienação.** Os ganhos indubitáveis e assombrosos de produtividade, bens e lucratividade obtidos pelo capital em virtude de sua organização tanto da divisão detalhada quanto da divisão social do trabalho se dão à custa do bem-estar mental, emocional e físico dos trabalhadores que ele emprega. O trabalho, como sugere Marx, é reduzido a um "fragmento de homem"

37 "Prestando contas à categoria – equilíbrio financeiro e compromisso com as lutas.". In: https://site.sinpro-rio.org.br/prestando-contas-a-categoria-equilibrio-financeiro--e-compromisso-com-as-lutas/ Copiado em 02/07/2019.

> em virtude de sua ligação com uma posição fixa dentro de uma divisão mais complexa do trabalho (HARVEY, 2016, p. 121).

Dentro dessa dinâmica, a inserção do trabalhador fragmentado pelo capital na esfera da produção se vincula ao esvaziamento da atividade sindical. Enfraquecer, desqualificar e combater a atividade sindical expressa o desejo do capital em garantir um espaço seguro para a manutenção da superexploração do trabalho. Mesmo que isso tenha como custo o adoecimento e incapacitação do trabalhador em trabalhar.

A reforma trabalhista visa o atendimento dos interesses do empresariado brasileiro e o desmonte e quebra dos sindicatos. Caberá aos sindicatos, como ao Sinpro-Rio, retomar lutas que qualifiquem sua atuação e integrem a categoria no sindicato, superando as tentativas de desmonte da estrutura sindical.

Recebido em 10/12/2019
Aprovado em 15/03/2020

6. Fontes consultadas

https://site.sinpro-rio.org.br

Sinpro-Rio. *Agenda 2015.*

Sinpro-Rio. *Estatuto*. 1989.

Sinpro-Rio. *Folha do Professor*. De agosto/1985 a janeiro/1996.

Sinpro-Rio. *Jornal do Professor*. De novembro/1996 a dezembro/1999.

Sinpro-Rio. *Revista Cultural Sinpro-Rio*. Outubro/1997; Agosto/1998.

Sinpro-Rio. *Projeto Memória*. Entrevistas realizadas em 2007.

7. BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BOITO JR, A. *O sindicalismo do Estado no Brasil. Uma análise crítica da estrutura sindical.* Campinas: Editora da Unicamp / São Paulo: HUCITEC, 1991.

COELHO, E. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

GIANNOTTI, V. *O que é estrutura sindical.* São Paulo: Brasiliense, 1988.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. SP: Boitempo, 2016.

LÊNIN, V.I. *Que fazer?* 1902. In: *The Marxists Internet Archive*. Tradução por: pcb.org.br/portal/docs/quefazer.pdf Último acesso em 07/05/2018.

MARTINS, H. T. de S. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1979.

MARQUES, G. *O novo sindicalismo. A estrutura sindical e a voz dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: ADIA, 2005.

MITTELMAN, T. A trajetória do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-Rio): da redemocratização ao neoliberalismo (1985-1999). Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói,2018.